



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI 10.17564/2316-3828.2016v4n2p59-70

HETEROGENEIDADE LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA DE LÍNGUA MATERNA

Edila Vianna da Silva¹

Gabriela Barreto de Oliveira²

RESUMO

Neste artigo apresentam-se as conclusões de pesquisa realizada em escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro quanto à identificação de atitudes dos professores em relação à variação linguística. Acrescenta-se posterior reflexão crítica sobre as consequências negativas de posturas discriminatórias para o desenvolvimento linguístico do aluno. O trabalho, que se apoia na teoria sociolinguística, busca investigar o conhecimento dos docentes sobre a variação e o modo como exploram didaticamente conceitos,

tais como mudança linguística, preconceito linguístico, noções de “certo” e “errado”, entre outros, em sala de aula de língua materna.

PALAVRAS-CHAVE

Variação Linguística. Ensino de Português. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

In this article, we present the findings of a research conducted in public and private schools in Rio de Janeiro that aims the identification of teachers' attitudes regarding linguistic variation. It adds further critical reflection on the negative consequences of discriminatory attitudes to the language development of the student. The work, which is based on the sociolinguistic theory investigates the knowledge of teachers about the change and how exploiting didactic concepts such as language change, linguistic prej-

udice, notions of "right" and "wrong", among others, in classroom of first language.

KEYWORDS

Linguistic variation. Portuguese teaching. Pedagogic practices.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de investigaciones realizadas en las escuelas públicas y privadas, del Río de Janeiro a fin de identificar las actitudes de los docentes en relación con la variación lingüística. Añádiese reflexión más crítica sobre las consecuencias negativas de las actitudes discriminatorias en el desarrollo del lenguaje del estudiante. El trabajo, que se basa en la teoría sociolingüística, investiga el conocimiento de los maestros sobre la variación y cómo explotan conceptos didácticos tales como cambio de

idioma, la discriminación lingüística, las nociones de "correcto" e "incorrecto", entre otros, en las clases de enseñanza de la lengua materna.

PALABRAS CLAVE

Variación lingüística. Enseñanza del Portugués. Prácticas pedagógicas

1 INTRODUÇÃO

A heterogeneidade linguística no Brasil e a necessidade de um ensino de língua materna que respeite as diferenças socioculturais e linguísticas dos alunos já estão bem comprovadas. Apesar disso, há grandes indícios de que nas salas de aula do ensino fundamental, a prática não tem o suporte do conhecimento teórico que a grande maioria dos docentes recebeu nas universidades, causa provável da ineficiência do ensino, comprovada pela falta de qualidade dos textos produzidos por seus alunos.

O ensino escolar, via de regra, tem privilegiado o estudo da língua portuguesa (LP) nas suas modalidades falada e escrita como fato homogêneo e acabado. Essa atitude pedagógica, além de traduzir o desrespeito às peculiaridades linguísticas de grande parte dos educandos, também não consegue que eles tenham pleno acesso ao código-padrão, problema que há muito inquieta os sociolinguistas, que, atualmente, questionam a contribuição da Sociolinguística para o desenvolvimento da educação em língua materna no Brasil.

Percebe-se que a razão do fracasso educacional reside nos preconceitos vigentes em nossa sociedade e na ausência de “uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas dos alunos” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15). Em outras palavras, pode-se afirmar que a frustração do trabalho docente com língua materna repousa na falta de uma metodologia que permita trabalhar com os conceitos básicos da sociolinguística, um deles o próprio reconhecimento do fenômeno da variação linguística (VL).

Com base nesses pressupostos e com o objetivo de investigar a posição dos docentes em referência à questão, organizou-se uma pesquisa com professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Por meio da aplicação de questionários, procurou-se investigar o conhecimento dos docentes sobre os conceitos fun-

damentais da variação linguística. Além de analisar o espaço da VL nas atividades pedagógicas de cinquenta professores da capital do Estado do Rio de Janeiro e de duas outras cidades do interior fluminense (Quissamã e Macaé), a pesquisa procurou evidenciar o papel do livro didático (LD) nessa abordagem

Neste artigo, vamos deter-nos na análise do papel do livro didático como disseminador da questão da variação, por considerá-lo um guia da atividade docente, além de ser o material mais frequente em sala de aula.

O *corpus* do trabalho com os livros didáticos formou-se com as coleções que obtiveram a preferência dos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, no **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)/2014**, programa que tem por objetivo a distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. Essas obras são analisadas por especialistas responsáveis pela seleção de livros a serem sugeridos aos professores, que, por sua vez, fazem suas escolhas nas listas aprovadas.

Foram selecionadas para análise as coleções Português: Linguagens (Edição 2012); Coleção Projeto Telaris Português; Coleção Vontade de Saber Português, embora aqui se exponha apenas a apreciação da primeira dessas obras, por ser a da preferência da maioria dos docentes brasileiros.

Cada volume da coleção organiza-se em quatro unidades temáticas, cada uma com quatro capítulos, que se distribuem pelas seções:

“Estudo do texto” – abrange seis subseções, nem sempre presentes em todos os capítulos:

- “Compreensão e interpretação”;
- “A linguagem do texto”;
- “Leitura expressiva do texto”;

- “Cruzando linguagens” (relações entre textos de diferentes linguagens);
- “Trocando ideias” (propostas de discussão oral);
- “Ler é prazer” (leitura de fruição, não acompanhada de atividades).

“Produção de texto” – a seção apresenta propostas de produção escrita e oral de diferentes gêneros.

“Para escrever com” – Alguns aspectos da textualidade são trabalhados nessa seção (adequação, coerência, coesão, expressividade etc.).

“A língua em foco” – trata dos conhecimentos linguísticos e se compõe das subseções:

- “Construindo o conceito”;
- “Conceituando”;
- “Exercícios”;
- “A categoria gramatical estudada na construção do texto”
- “Semântica e discurso” (ampliação da aborda-

gem textual trabalhada no momento anterior).

- “De olho na escrita” cuida de ortografia e acentuação

2 CAPÍTULO DESTINADO À VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

No primeiro capítulo da unidade 1 do LD do 6ºano, na seção “A língua em foco”, parte destinada ao estudo da língua, no subitem “Conceituando”, é apresentada a noção de língua adotada pela obra: “Língua é um conjunto de sinais (palavras) e de leis combinatórias por meio das quais as pessoas de uma comunidade se comunicam e interagem” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 28).

Nessa mesma unidade, no Capítulo 2, começa-se a abordar a VL. Primeiramente na subseção “Construindo o conceito”, é apresentada ao aluno uma tirinha de Fernando Gonsales, como se pode ver na Figura 1 abaixo.

Figura 1 - Excerto de Cerveja



Fonte: Magalhães (2012a, p.36).

Em seguida são propostos quatro exercícios sobre a tira. No primeiro exercício, solicita-se a identificação das palavras ditas pelo papagaio e que causaram estranhamento à personagem e, posteriormente, pergunta-se como a personagem, provavelmente,

pronunciaria aquelas palavras. Analisando-se as perguntas, pode-se perceber que os autores pressupõem que os estudantes já sejam usuários da norma culta e, por isso, não falem assim, pois, caso eles sejam falantes de uma variedade não padrão em que as

palavras sejam pronunciadas da forma indicada na tira, não perceberão o humor da história.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 13) reproduz um trecho do livro *Rememórias Dois*, de Carmo Bernardes, escritor regionalista, em que o autor relembra suas experiências na escola. No trecho transcrito, é possível perceber que Bernardes não se sentia bem na escola, pois não reconhecia nela a sua variedade linguística (VL). Assim é preciso se ter muito cuidado para não abordar a VL em sala de aula de modo a constranger os alunos detentores de variedades estigmatizadas.

Além disso, no primeiro quadro da tira, a personagem diz: “Nossa! Ele fala tudo errado!”, o que reforça a noção de “certo” e “errado”, ideia que não é desconstruída pelos autores ao longo da explanação do assunto e, como afirma Bortoni-Ricardo (2004, p. 37), “erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua” (Grifo da autora).

O conceito de variação linguística é apresentado em seguida, com certa confusão entre “variedades” e “variantes”, na subseção “Conceituando”, pois se afirma que “Variedades linguísticas são as variações que uma língua apresenta em razão de condições sociais, culturais e regionais nas quais é utilizada” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 37).

Após essa definição, reproduz-se um quadro, retirado do livro *O guia dos curiosos*, sobre a diversidade linguística no Brasil e no mundo, cujos autores citam a existência de 195 línguas indígenas e simplesmente ignoram as cerca de 30 línguas alóctones existentes no país (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a: 37). A esse respeito, Oliveira (2013, p. 15) estabelece que:

No nosso caso, produziu-se o conhecimento de que no Brasil se fala o português, e o desconhecimento de que muitas outras línguas foram e são igualmente faladas. O fato de que as pessoas aceitem, sem discutir, como se fosse um fato natural, que o português é a língua do Brasil foi e é fundamental, para obter consenso das majorias para as políticas de repressão às outras

línguas, hoje minoritárias.

Para compreendermos a questão é preciso trazer alguns dados: no Brasil de hoje são falados por volta de 200 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 170 línguas (chamadas de autóctones), e as comunidades de descendentes de imigrantes outras 30 línguas (chamadas de línguas alóctones). Somos, portanto, como a maioria dos países do mundo — em 94% dos países do mundo são faladas mais de uma língua — um país de muitas línguas, plurilíngue.

Na página subsequente, aparece um subitem denominado “Norma-padrão e variedade de prestígio”, em que se expõe a teoria relativa à VL. Nesse ponto, os autores esclarecem que “a língua está sempre em mudança”, no entanto limitam-se às mudanças lexicais e ortográficas, pois afirmam que “palavras novas surgem a todo instante” e “com a internet, até mesmo a forma de escrever as palavras tem se modificado”.

Há uma falha também, quando, ao se definir a norma-padrão, estabelece-se que:

[...] para evitar que cada um use a língua à sua maneira, em todo o mundo existem especialistas que registram, estudam e sistematizam o que é a língua de um povo em certo momento, o que dá origem à norma-padrão, uma espécie de lei que orienta o uso social da língua. (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 38. Grifo nosso).

Como afirma Bagno (2013, p. 61),

a norma-padrão não faz parte do *continuum* de variedades linguísticas reais, efetivamente faladas em uma comunidade. Na pesquisa sociolinguística, só podemos rotular um modo de falar como língua, variedade ou dialeto quando é possível identificar empiricamente um grupo social que de fato fale essa língua, variedade ou dialeto. Ora, ninguém no Brasil efetivamente fala a norma-padrão, não existem “falantes do padrão”, embora os livros didáticos insistam em dizer que sim...

É o que também afirma Milroy (BAGNO; LAGARES, 2011, p. 69): “[as normas-padrão] não são vernáculos, e ninguém as fala exatamente; a ideologia do padrão decreta que o padrão é uma ideia na mente [...], uma variedade que nunca é perfeitamente nem consistentemente realizada no uso falado”.

No parágrafo seguinte, os autores se contradizem ao afirmar que “a norma-padrão não existe como língua de fato, pois ninguém fala português em norma-padrão em todos os momentos da vida”.

No restante do capítulo, os autores não mencionam as outras normas existentes no português brasileiro, o que se pode considerar um retrocesso visto que em edição anterior, era citada a língua não padrão.

Apresenta-se, na mesma página, um box intitulado “Acesso às variedades de prestígio: questão de cidadania!” em que se julga o acesso a essas variedades como “um direito de todo o cidadão”, um dos pontos positivos da exposição do assunto.

Ressaltam-se ainda os subitens “Variação linguística e preconceito social” e “Falar bem é falar adequadamente” em que aparece mais uma contradição. No primeiro, os autores asseguram que “mesmo que uma variedade seja bastante diferente da norma-padrão, *ela será boa* se permitir aos seus falantes se comunicar e interagir entre si de modo eficiente” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 38. Grifo nosso).

Não existem dialetos melhores ou piores e é justamente isso o que Castilho (APUD TRAVAGLIA, 2009, p. 63) afirma: “na verdade não há Português certo ou errado: todas as variedades são igualmente eficazes em termos comunicacionais nas situações de uso esperado e apropriado”. Assim como não existe português certo ou errado também não existe variedade boa ou ruim.

No entanto, no segundo subitem, há a seguinte conclusão “todas as variedades linguísticas têm seu valor e sua importância. Mas saber usar bem uma língua significa saber empregar a variedade linguística mais adequada a cada situação” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 39).

A coleção, como nas edições anteriores, continua usando uma história do Chico Bento para apresentar a VL.

Ainda nesse mesmo capítulo, na parte intitulada “Escolaridade e classe social”, os autores usam como exemplo a tirinha do início da seção, em que aparecem palavras de variedades estigmatizadas. A respeito dessas variantes, dizem apenas que elas são “um exemplo das variações ocasionadas pelo baixo grau de escolaridade: o emprego de ‘bicicreta’, ‘cocrete’ e ‘cardeneta’ é comum entre pessoas que frequentaram pouco ou não frequentaram a escola” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 40). Não se informa aos alunos, no entanto, que, mesmo nas normas urbanas de prestígio, ocorrem variantes e, apesar de o título do item conter a expressão “classe social”, esse fator não é explicado, associando, aparentemente, pobreza e baixa escolaridade.

Para exercitar os conceitos apresentados nesse capítulo, são propostos dois exercícios: um com a letra da música *Saudosa Maloca*, de Adoniram Barbosa, e outro com o texto *Pechada*, extraído da revista Nova Escola. Tanto nesses exercícios quanto no quadro sobre palavras e expressões nordestinas apresentado na sequência, o trabalho com a VL é reduzido ao plano lexical e, ao selecionar apenas textos em que se verificam regionalismos e dialetos estigmatizados, induz o aluno ao falso entendimento de que não ocorre variação na norma culta. Na última seção do Capítulo 2, são listadas diferenças lexicais entre o português brasileiro e o português lusitano.

3 TERMINOLOGIA EMPREGADA

Os autores, ao longo dos quatro volumes, mantêm a distinção feita no capítulo dedicado à VL entre norma-padrão e norma culta, mas, a todo o momento associam norma-padrão à formalidade e tudo que se diferencia dela – inclusive a norma culta – à informalidade ou coloquialidade. É o que se nota na definição sobre o uso das perífrases verbais no pretérito mais-que-perfeito e nos futuros do presente e do pretérito. “Em situações informais, os falantes geralmente preferem empregar locuções verbais, isto é, o verbo prin-

cial acompanhado de um verbo auxiliar, como ocorre na frase ‘com tudo alagado, não **vai dar**’ (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 247-248).

Ao longo dos quatro volumes, mantém-se a distinção feita no capítulo dedicado à VL entre norma-padrão e norma culta, embora a norma-padrão sempre seja associada à formalidade e tudo que se diferencia dela – inclusive a norma culta – à informalidade ou coloquialidade. É o que se nota na definição sobre o uso das perífrases verbais no pretérito mais-que-perfeito e nos futuros do presente e do pretérito. Segundo a explicação dos autores, o pretérito mais-que-perfeito em sua forma composta só passou a ser usado nos dias de hoje e na linguagem coloquial. Não é o que se pode notar no seguinte trecho do conto *O Espelho*, de Machado de Assis (1997:29): “Quando os outros voltaram a si, o narrador **tinha descido** as escadas” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012a, p. 247-248. Grifo nosso).

Como esclarece Bagno (2013, p. 78-79),

Quando se usa a terminologia norma culta, como nos estudos do projeto NURC, o que está em jogo é a variação social da língua, isto é, as diferenças que a língua apresenta de acordo com variáveis sociais como classe econômica, grau de escolarização, idade, sexo, ambiente rural ou urbano etc. Quando se usa, por outro lado, a escala da formalidade (ou do monitoramento) para avaliar determinado uso da língua, o que está em jogo é a variação estilística. A variação social diz respeito a comunidades de fala, a grupos sociais, enquanto a variação estilística diz respeito ao uso individual, às modulações que cada pessoa faz em sua produção verbal de acordo com o contexto de interação em que se encontra. [...] É uma

falácia, portanto – um erro teórico grosseiro –, definir a norma culta ou mesmo a norma-padrão como “linguagem formal”.

4 A ABORDAGEM DA VL NOS FATOS GRAMATICAIS

Os autores se referem à VL somente no livro do sexto ano, no capítulo sobre o assunto. Nas explicações dos fenômenos gramaticais, são somente apresentadas as prescrições da gramática normativa. Não se mencionam formas variantes registradas nas próprias gramáticas e frequentemente empregadas na língua escrita, como por exemplo, regência de verbos como *ire chegar, lembrar, esquecer, implicar* etc.

Há apenas uma pequena menção à variação, no Capítulo 1 da unidade 4 do volume do sexto ano. Após a apresentação de uma tabela com os pronomes pessoais retos e oblíquos, que traz apenas a relação habitual dos pronomes admitidos pela gramática tradicional, é exibido um quadro com o título “Contraponto”. Nele os autores explicam que “atualmente, alguns especialistas defendem a inclusão de **você, vocês** e da expressão **a gente** entre os pronomes pessoais” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012^a, p. 196. Grifos dos autores). No entanto, em nenhum outro momento essas formas são incluídas no rol de pronomes retos (CEREJA; MAGALHÃES, 2012^a, p. 196).

No capítulo destinado à variação, assim como no restante da coleção, não há explicação dos níveis da língua em que a variação pode ocorrer e os exemplos se limitam à variação lexical e às alterações na ortografia, como se observa na Figura 2.

Figura 2 – Excerto de Cereja e Magalhães

4. Faz mais de quinhentos anos que a língua portuguesa foi trazida pelos portugueses ao Brasil. De lá para cá, muitas mudanças ocorreram na língua dos dois países; às vezes, temos até a impressão de que falamos línguas diferentes. Veja algumas palavras usadas no Brasil e suas correspondentes em Portugal:

Brasil	Portugal
ônibus	autocarro
abridor de garrafas	tira-cápsula
aeromoça	hospedeira
café da manhã	pequeno almoço
chiclete	pastilha elástica

Filmes em Portugal

As diferenças entre o português brasileiro e o lusitano também se refletem nos nomes dos filmes. Veja algumas delas:

<i>A bela e a fera</i>	<i>A bela e o monstro</i>
<i>Arquivo X</i>	<i>Ficheiros secretos</i>
<i>O gordo e o magro</i>	<i>Bucha e estica</i>
<i>O professor alopado</i>	<i>O professor chanfrado</i>
<i>Querida, encolhi as crianças</i>	<i>Querida, encolhi os miúdos</i>

Fonte: Marcelo Duarte. *Guia dos curiosos – língua portuguesa*. São Paulo: Panda, 2003. p. 60.

Fonte: Cereja e Magalhães (2012a, p. 47).

5 ABORDAGEM DA NORMA CULTA VERSUS ABORDAGEM DA NORMA-PADRÃO

Os autores distinguem bem claramente norma-padrão e norma culta no capítulo dedicado à VL, mas, ao longo de todos os livros da coleção, as variedades cultas da língua são ignoradas e só a norma-padrão é estudada, contrariando assim o que preconiza o Edital de Convocação, o qual estabelece que o ensino de LP

para garantir ao educando pleno acesso ao mundo da escrita se deve pautar no “estudo das normas urbanas de prestígio na perspectiva da variação linguística” (BRASIL, 2013, p. 49).

Um exemplo disso é o capítulo dedicado à regência verbal em que, como os autores mesmo salientam, os casos apresentados seguem “as prescrições da gramática normativa”. São descritas, por exemplo, as regências dos verbos *esquecer* e *lembrar*, da Figura 3 abaixo.

Figura 3 – Excerto de Cereja e Magalhães

Esquecer — Lembrar

- São transitivos diretos quando não são pronominais, isto é, quando não exigem o pronome oblíquo:

O rapaz **esqueceu** seu boné no banco.
Não **lembrei** o nome dele.

- São transitivos indiretos quando são pronominais, ou seja, quando exigem o pronome oblíquo:

Esqueci-me da roupa no varal.
Lembra-se dela, não?

Fonte: Cereja e Magalhães (2012d, p. 208-209).

Não se assinala no tópico que, nas variedades urbanas de prestígio, pode ocorrer variação regencial, conforme reconhece Neves (2011, p. 41), com base em exemplos retirados de textos de revistas e livros escritos na modalidade culta da língua: “Não se esqueça que você comeu do bom e do melhor” e “Não esqueça também de mandar cortar”.

6 ABORDAGEM DA VL NO TRABALHO COM OS GÊNEROS TEXTUAIS

Os textos da coleção organizam-se em gêneros textuais (GT) diversificados, sempre relacionados ao tema de cada unidade. Na primeira parte do capítulo, apresenta-se o texto, mas é na seção “Produção de texto” que se exploram mais detidamente as características de cada gênero. Na unidade abaixo, o gênero em destaque é a reportagem. Antes do texto analisado, há uma revisão dos traços de outros gêneros já explorados que tenham relação com o gênero textual tratado na lição:

“Dos gêneros jornalísticos, você já conheceu a notícia oral e a impressa, a entrevista oral e a impressa, a carta de leitor, a carta-denúncia. Nesse capítulo e no seguinte, você vai conhecer a reportagem” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012d, p. 17).

Constata-se que o trabalho com GT é progressivo e perpassa toda a obra. No entanto, ao relacionar o gênero trabalhado e a VL, levantam-se poucas questões que, em sua maioria, restringem-se à identificação da variedade linguística utilizada.

Na seção “Agora é a sua vez”, o aluno deve criar um texto estruturado como o GT analisado, em que se especifica a linguagem a adotar na redação do gênero proposto. No caso da reportagem: “Escrevam em linguagem objetiva e direta e empreguem a variedade linguística de acordo com a norma-padrão” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012d, p. 20).

Na subseção “Construindo o conceito”, ao se referir ao diálogo entre Chico Bento e Zé Lelé, na Atividade 1, informa-se que as duas personagens fazem uso de uma “variante linguística” e explica-se que esse termo designa “um tipo de português falado em certas regiões do país”. Ou seja, os autores cometem um equívoco teórico tanto no título da subseção quanto na questão, confundindo *variedades* e *variantes*, uma vez que “uma **variedade linguística** é o modo de falar a língua característica de determinado grupo social ou de determinada região geográfica” e “**variantes linguísticas** são maneiras diferentes de dizer a mesma coisa” (Grifos nossos).

Essa primeira atividade reforça o que foi constatado em outras coleções. Quando se trata de variação, a forma mais empregada para “construção do conceito” é empregar um texto em que haja uso de variedades linguísticas dialetais, ficando em evidência as diferenças regionais. Tratar dos regionalismos é importante, mas o tema da VL não pode ser limitado a esse tipo de variedade.

Na Questão 2, é empregada pela primeira vez a expressão “norma padrão”, seguida pela oração adjetiva explicativa: “que aprendemos na escola”, o que também não é uma definição correta, uma vez

que se considera padrão o que, na verdade, é a variedade socioculturalmente prestigiada.

O tipo de exercício proposto é pouco produtivo (correção das estruturas usadas por Chico Bento e Zé Lelé), pois a correção irá descaracterizar a fala do personagem, que adaptada à norma-padrão se torna artificial. Em outros contextos, esse tipo de atividade, que propõe apenas a reescrita, pode ser de grande valor, se for um pouco além da simples substituição de uma variante por outra, como afirmam Dionísio e Bezerra (2005, p. 83).

Mas seria mais eficaz se, ao invés da simples reescrita na norma padrão, fosse apresentada ao aluno

uma situação em que ele pudesse confrontar as formas do padrão com as formas do não padrão e chegar a formular as regras que norteiam as variedades da língua, como em:

4. Vamos comparar as duas formas de grafar as palavras:

senhor - sinhô	contar - contá	gritar - gritá
apreciar - apreciá	ligar - ligá	cobertor - cobertô

Explique por que, ao escrever em linguagem popular, as palavras que não tinham acento na norma culta passam a ter.

Quanto ao conteúdo gramatical, alguns pontos diferenciais entre as variedades são apontados, como no emprego dos pronomes retos e oblíquos, da Figura 4.

Figura 4 – Excerto de Cereja, Magalhães

4. Compare agora estas três orações:

Tio Flip! **Me** dá um pedaço?
Flip, dá um pedaço pra **mim** também!
"Eu guardo!"

Conclua: De acordo com a variedade padrão, que tipo de pronome desempenha a função:

a) de sujeito?
b) de objeto direto e objeto indireto?

De acordo com a variedade padrão da língua, somente os pronomes pessoais do caso reto podem desempenhar a função de **sujeito**.
Por essa razão, na variedade padrão recomenda-se dizer:

Minha mãe deixou umas tarefas para **eu** fazer mais tarde.
Quero que tudo fique bem claro entre **mim** e você.

Pronomes pessoais do caso reto

Você lembra quais são eles? São:

eu	nós
tu	vós
ele, ela	eles, elas

Fonte: Excerto de Cereja, Magalhães (2012d)

Além disso, um ponto a ser destacado na obra é que a noção de *erro* foi substituída pela de *inadequação*, pois um texto pode ser inadequado a uma situação linguística e adequado à outra.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a variação linguística ainda é tratada de modo superficial na coleção analisada.

Considerando-se que os exercícios aplicados em sala – quase sempre sugeridos pelos manuais didáticos – restringem-se, na maioria das vezes, à identificação das variedades linguísticas empregadas e à transferência para a variedade de prestígio, sem que haja um questionamento sobre a adequação do emprego de quaisquer das variedades em uso, o trabalho com a VL fica empobrecido e pouco contribui para o desenvolvimento da competência discursiva do educando.

Constata-se que o fato de os professores considerarem “a variação de suma importância” é algo relevante, mas que de nada adiantará, se os conceitos básicos da sociolinguística não estiverem internalizados. Se o docente não estiver realmente convicto de que a língua portuguesa é heterogênea e de que as mudanças linguísticas, que são inerentes a todas as línguas, sempre ocorreram e continuarão ocorrendo, não poderá desenvolver junto aos alunos um trabalho com a VL coerente e convincente.

A variação diatópica é de longe a mais abordada. No entanto é possível notar que o preconceito social – que se manifesta também em relação à linguagem – mesmo que velado, ainda está presente. A diversidade linguística regional é vista ainda, em muitos casos, de forma estereotipada, o que se pode comprovar, facilmente, nas inúmeras atividades com tirinhas do Chico Bento e poemas de Patativa do Assaré, em que se pede aos alunos que identifiquem marcas de dialetos regionais que em nada correspondem à realidade linguística que, supostamente, se quer abordar. Portanto, visualiza-se com nitidez um tratamento tendencioso dos dialetos regionais.

Outro ponto crítico da coleção examinada é a ausência de propostas que contemplem o combate ao preconceito linguístico. É preciso despertar os educandos quanto às questões sociais que levam à valorização de determinados dialetos e à estigmatização de outros. Para isso é necessário que sejam propostas atividades que os conscientizem de que a única diferença entre uma variedade diastrática e outra é o lugar social de quem as usa.

Dessa forma, entende-se que a prática do ensino do português como língua materna entre nós evoluiu, embora continue a haver pontos que precisam ser revistos. Sai fortalecida, também, a convicção de que é fundamental ensinar-se a norma-prestigiada, pelas muitas razões aqui apontadas, mas que é igualmente importante que se tenha a clareza de que o dialeto de origem compõe a própria identidade do falante e que

se deve cuidar para que a prática docente expresse inequivocamente esse posicionamento.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Parábola, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de coleções didáticas para o programa nacional do livro didático – PNLD 2014**. Brasília-DF, 2011.

DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Unesp, 2011.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Recebido em: 4 de dezembro de 2015
Avaliado em: 15 de janeiro de 2016
Aceito em: 29 de janeiro de 2016

1. Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. E-mail: edilavianna@gmail.com
2. Professora da rede pública estadual do Rio de Janeiro – SEEDUC; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. E-mail:gabrieloliveira@hotmail.com